

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES



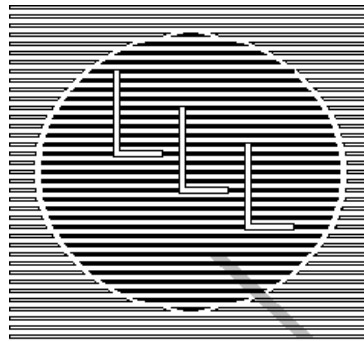
ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

DIRECTION DE L'ÉDUCATION
DIRECTORATE FOR EDUCATION



Ministério da Educação
Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança

Os sistemas de qualificação e do seu impacto na Aprendizagem ao Longo da Vida



Relatório de Base de Portugal

(ANEXOS)

Junho de 2003

“The views expressed in the document are those of the author(s) and not necessarily those of the OECD or its Member countries. The copyright conditions governing access to information on the OECD Home Page are provided at www.oecd.org/rights”

ANEXOS

Capítulo 2

Escolas Profissionais

Evolução do nº de Escolas Profissionais em funcionamento e do nº de alunos matriculados

Ano lectivo	Nº Escolas Profissionais	Nº Alunos
1989-90	50	1 817
1992-93	167	17 095
1995-96	169	26 092
1998-99	155	26 139
2001-02	165	29 913

Fonte: Ministério da Educação/Departamento do Ensino Secundário, 2002

Exemplo de uma escola profissional visitada pelos peritos da OCDE, no quadro do exame temático “Transição da Formação Inicial para a Vida Activa”

A Escola Profissional de Imagem (EPI), em Lisboa, é gerida por uma empresa privada (a Escola Técnica de Imagem e Comunicação Aplicada, Lda. – ETIC – fundada em 1991) ligada a um organismo similar em Espanha, e disponibiliza cursos de imagem e comunicação destinados à indústria do audiovisual. Estas áreas registaram uma grande expansão em Portugal com a chegada dos operadores privados ao mercado televisivo em 1993. Antes da sua chegada, quase toda a formação na área do audiovisual era orientada pelo sistema público de radiodifusão.

A ETIC tem cerca de 200 alunos a frequentar uma série de cursos com uma duração de até três anos. Estes cursos, cuja frequência é paga pelos alunos, destinam-se principalmente àqueles que, tendo completado o ensino secundário, desejam ingressar na indústria do audiovisual e não no ensino superior. O acesso à escola é altamente competitivo, uma vez que, para cada lugar, existem três candidatos. Os alunos são seleccionados após a realização de testes, a apresentação de portfólios e a realização de uma entrevista. A escola não pretende expandir-se mais para não prejudicar o ambiente de ensino e para não sobrecarregar o mercado com especialistas nesta área.

Desde a celebração do seu contrato-programa, em 1993, a EPI começou a oferecer cursos de três anos destinados a alunos mais novos que completaram o 9º ano da escolaridade obrigatória. Estes pagam propinas, mas a escola também recebe apoio financeiro do Ministério da Educação e da União Europeia. Existem bolsas de estudo para os alunos com baixos rendimentos e cerca de um terço dos alunos recebe alguma forma de apoio. Os cursos referidos funcionam como alternativa aos cursos tecnológicos ministrados nas escolas regulares de ensino secundário e habilitam os alunos a ingressar no mercado de trabalho ou a prosseguir os seus estudos no ensino superior. As componentes de ensino regular destes cursos estão, tanto quanto possível, ligadas a uma área técnica correspondente; por exemplo, o ensino da Física está relacionado com a fotografia.

Tendo em conta as características da indústria, é importante que os alunos sejam capazes de trabalhar por conta própria ou como trabalhadores independentes. Os antigos alunos estão autorizados a utilizar as instalações para as suas actividades devido aos custos elevados do equipamento audiovisual. A escola pretende criar um ambiente de ensino que se aproxime, o mais possível, dos postos de trabalho que os alunos irão ocupar, mantendo, por isso, ligações muito estreitas com a indústria do audiovisual. As empresas são regularmente consultadas acerca do perfil de competências e conhecimentos dos alunos que se formaram, emprestam equipamento e fornecem projectos reais para os alunos trabalharem sobre eles. Além disso, a maioria dos professores também trabalha nesta indústria. A taxa de emprego dos diplomados é muito elevada e muitos alunos são recrutados antes de completarem o curso. (In (OCDE, Exame Temático “Transição da Formação Inicial para a Vida Activa”. Nota sobre Portugal. 1999).

Modelo organizativo dos cursos profissionais e avaliação/certificação dos alunos

Os cursos profissionais são organizados, segundo o Decreto-Lei nº 4/98, de 8 de Janeiro, em módulos de duração variável, combináveis entre si, integrando três componentes de formação, a sócio-cultural, a científica e a técnica. Esta última inclui, obrigatoriamente, um período de formação em contexto de trabalho, que poderá revestir a forma de estágio. Têm a duração de três anos lectivos, correspondentes a um mínimo de 2 900 horas e um máximo de 3 600 horas.

Componentes	Cargas horárias totais
Sócio-cultural	900 (25%)
Científica	900 (25%)
Técnica/Tecnológica e Prática (Inclui estágio em contexto real de trabalho)	1 800 (50%)
TOTAL	3 600 (100%)

Fonte: "Desenvolvimento da Educação – Relatório Nacional de Portugal", ME-GAERI, 1996

A componente sócio-cultural é a mesma em todos os cursos das escolas profissionais, constituída pelas seguintes disciplinas:

Disciplinas	Cargas horárias totais
Português	300
Língua estrangeira	300
Área de Integração	300
Educação Física (opção)	(240)
Religião e Moral (opção)	(120)

Fonte: "Desenvolvimento da Educação – Relatório Nacional de Portugal", ME-GAERI, 1996

A avaliação dos alunos assenta numa progressão modular e compreende a realização de uma *Prova de Aptidão Profissional* (PAP) que assume a natureza de projecto pessoal, transdisciplinar, integrador de todos os saberes, atitudes e competências desenvolvidas ao longo da formação, em ligação estreita com a formação desenvolvida em contexto de trabalho.

A conclusão da formação é efectiva após o aluno ter terminado com aproveitamento todos os módulos das disciplinas das três componentes e ter defendido a PAP perante um júri constituído por diferentes actores do tecido económico e social da região e do sector de actividade económica. em que se integra. É-lhe emitido um diploma que certifica a qualificação profissional de nível III, permitindo o ingresso no mercado de trabalho como técnico intermédio, e a equivalência à conclusão dos estudos secundários, permitindo o prosseguimento de estudos no ensino superior (em sequência imediata ou após experiência profissional).

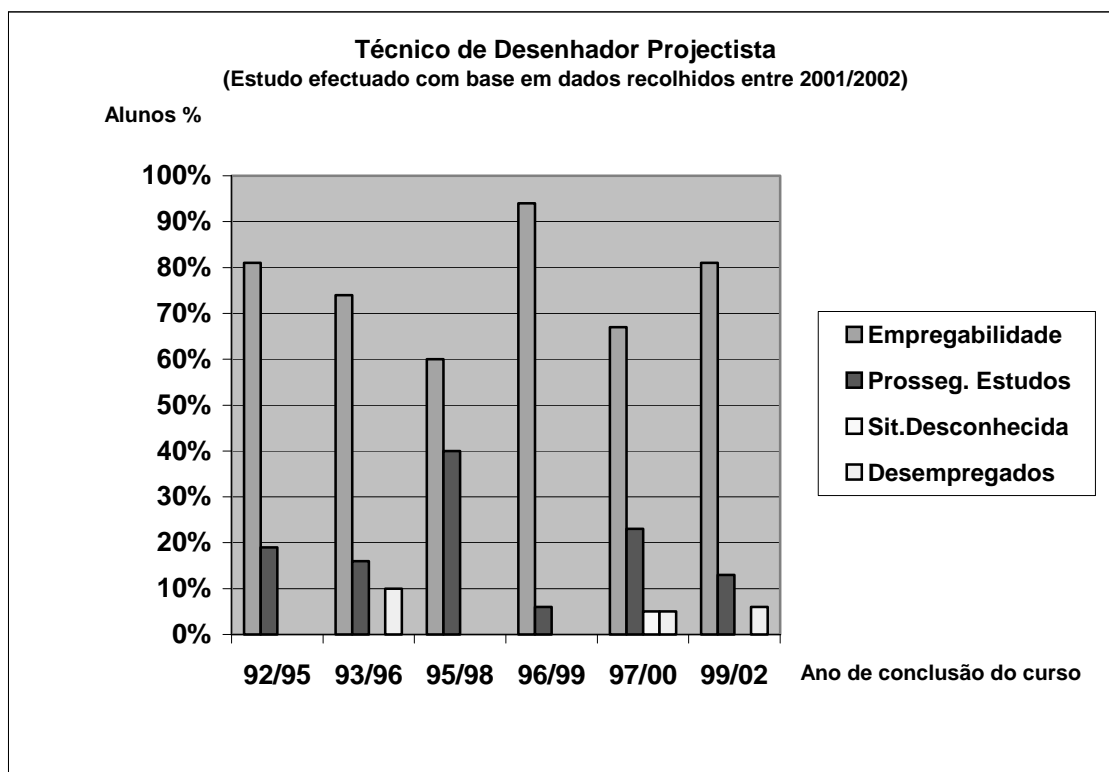
**Taxas de empregabilidade dos diplomados pelas escolas profissionais
por área de formação qualificante**

1995 a 1999

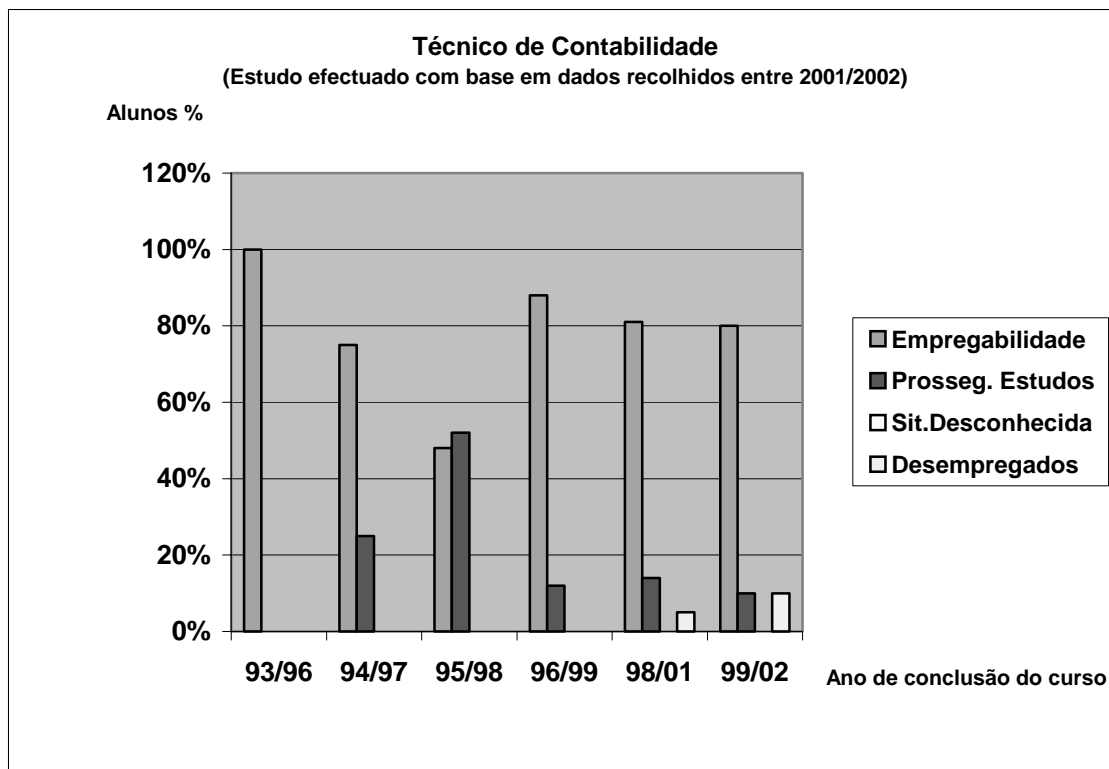
Áreas de formação	1995	1996	1997	1998	1999	Média
Administração, Serviços e Comércio	70%	73%	73%	69%	66%	70,2%
Agro-Alimentar	38%	56%	62%	71%	66%	58,6%
Ambiente e Recursos Naturais	64%	68%	61%	65%	68%	65,2%
Artes do Espectáculo	73%	61%	70%	61%	50%	63%
Artes gráficas	64%	70%	69%	49%	67%	63,8%
Construção Civil	78%	71%	69%	67%	67%	70,4%
Design e Desenho técnico	68%	77%	74%	64%	73%	71,2%
Electricidade e Electrónica	60%	68%	67%	74%	71%	68%
Hotelaria e Turismo	73%	73%	71%	72%	78%	73,4%
Informação, Comunicação e Documentação	70%	63%	69%	65%	75%	68,4%
Informática	65%	76%	77%	66%	70%	70,8%
Intervenção Pessoal e Social	75%	75%	75%	74%	73%	74,4%
Metalomecânica	37%	50%	58%	63%	65%	54,6%
Património Cultural e Produção Artística	68%	73%	63%	68%	62%	66,8%
Química	83%	76%	82%	78%	57%	75,2%
Têxtil, Vestuário e Calçado	81%	72%	74%	94%	80%	80,2%
Outros	0%	0%	88%	67%	0%	31%

Fonte: Ministério da Educação/Departamento do Ensino Secundário, 2000

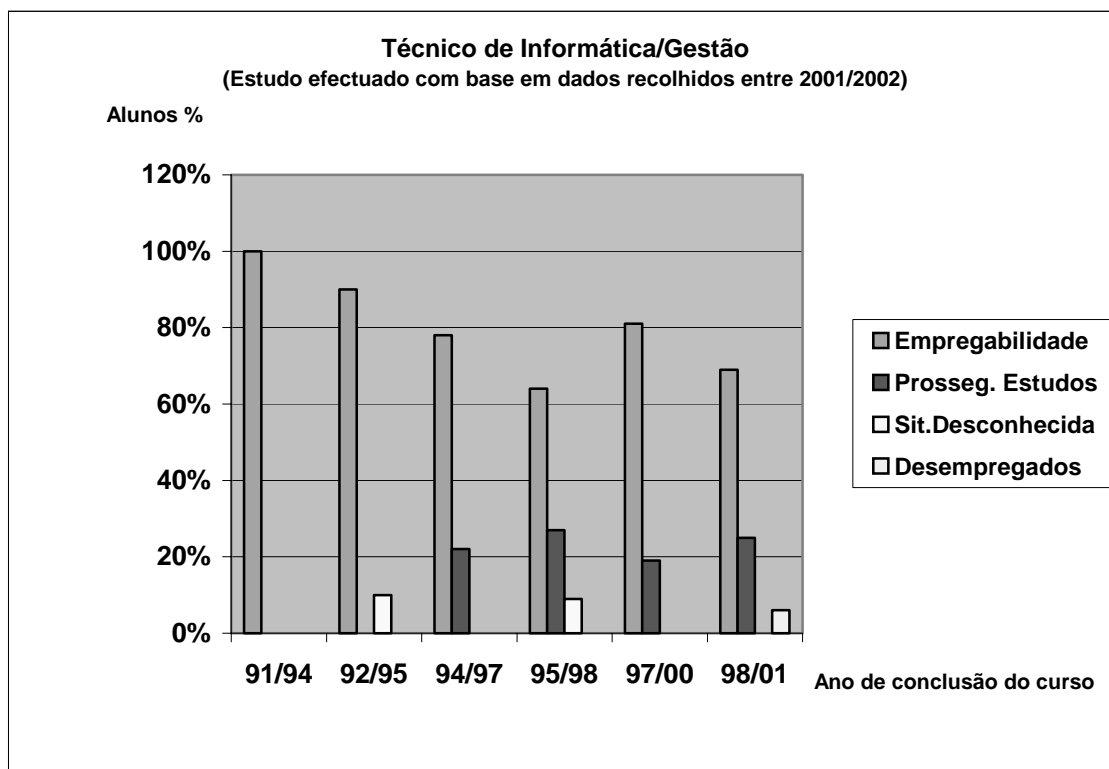
Taxa de empregabilidade dos diplomados pela EP da Mealhada, por curso
1994 a 2002



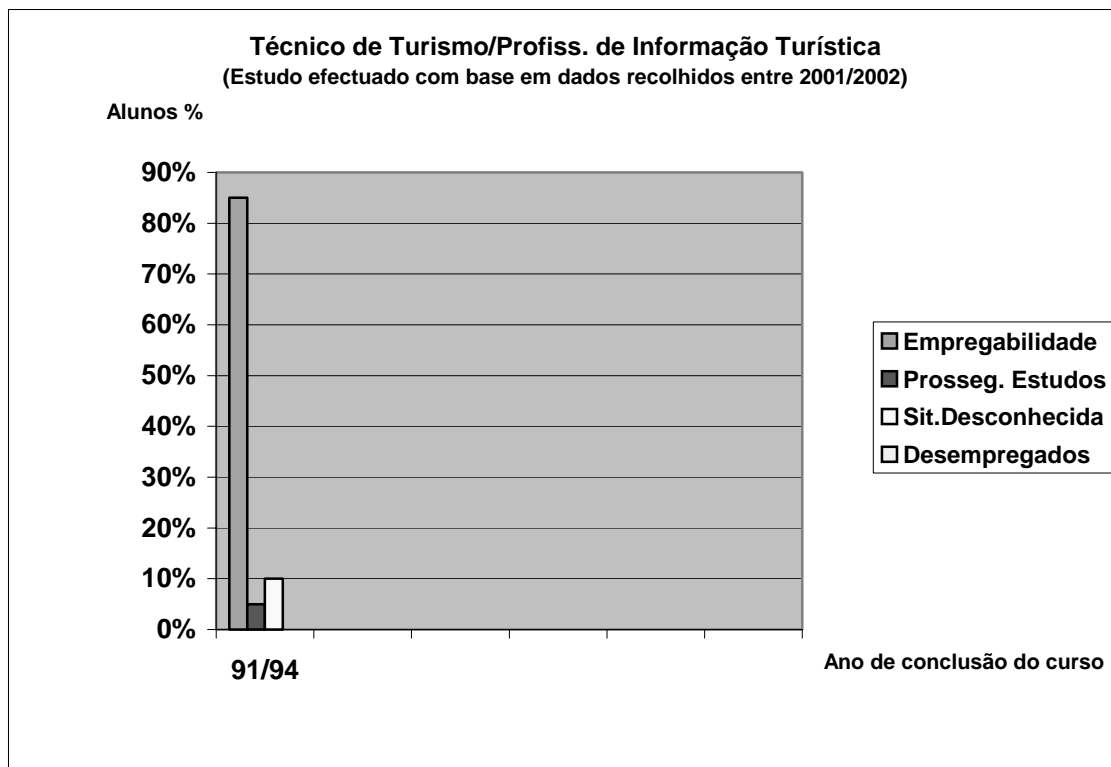
Fonte: Escola Profissional da Mealhada, 2002



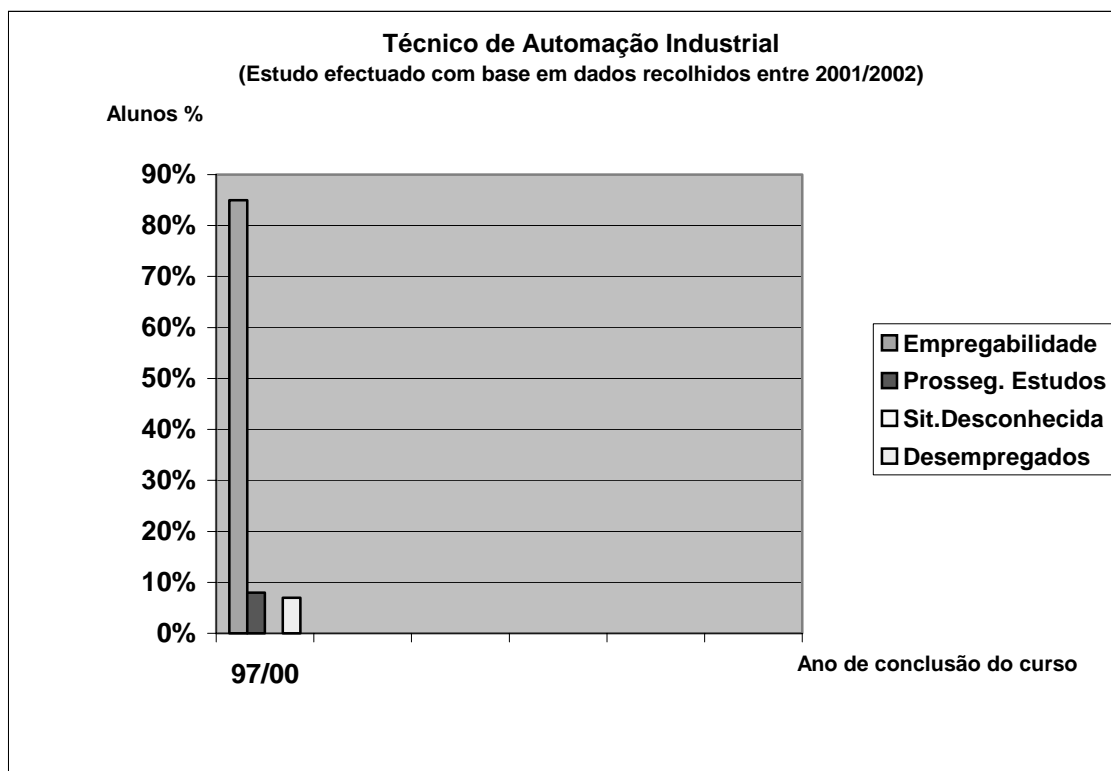
Fonte: Escola Profissional da Mealhada, 2002



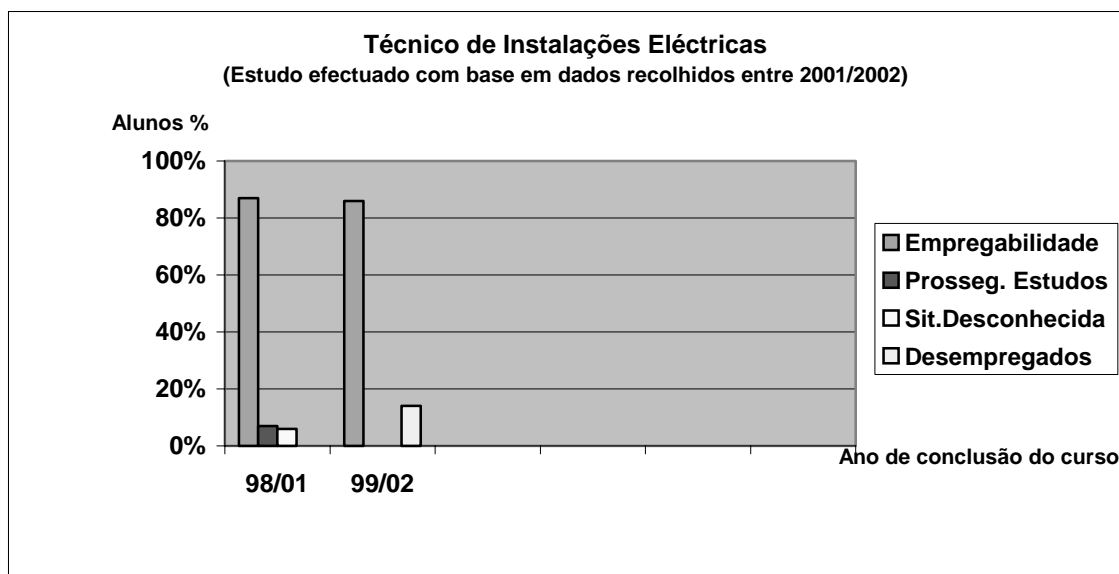
Fonte: Escola Profissional da Mealhada, 2002



Fonte: Escola Profissional da Mealhada, 2002



Fonte: Escola Profissional da Mealhada, 2002



Fonte: Escola Profissional da Mealhada, 2002

Escola Profissional da Mealhada, breve estudo de percurso

A perspectiva de inserção social e profissional qualificada dos jovens nas regiões é uma finalidade central estruturante das escolas profissionais. Assim, várias escolas desenvolvem actividades de acompanhamento e observação da situação dos jovens diplomados face ao emprego. Estes Observatórios de Entrada na Vida Activa têm permitido, para além de algum apoio directo aos jovens, um ajustamento contínuo das redes de formação, das acções a realizar e da actividade de promoção para a inserção qualificada dos jovens diplomados. (*DINÁMICAS, MEMÓRIAS E PROJECTOS das escolas profissionais*. Departamento do Ensino Secundário/Ministério da Educação. 1996).

Exemplo desta atitude de acompanhamento profissional dos seus diplomados é a Escola Profissional da Mealhada.

A Escola Profissional da Mealhada, criada em 1991, da iniciativa da sociedade civil, regula-se por princípios de autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

Iniciou a sua actividade com 43 alunos, distribuídos por dois cursos: Técnico de Turismo/Profissionais de Informação Turística e Técnico de Informática/Gestão, de qualificação profissional de nível III e equivalência ao 12º ano de escolaridade.

Em 10 anos de funcionamento a aposta da Escola sempre foi a de fazer aprovar cursos cujos perfis se enquadrem na realidade sócio-económica local e regional. Assim, cerca de 90% dos alunos que concluíram os seus cursos ingressaram no mercado de trabalho. Os restantes matricularam-se em estabelecimentos de ensino superior.

Em estreita ligação com o meio, através do seu Conselho Consultivo, a Escola tem conseguido estabelecer uma franca adequabilidade e articulação entre a procura e a oferta de emprego na região, alargando a sua carteira de formação, para satisfazer o mercado nas áreas de maior carência e atingir um nível de empregabilidade elevada.

**Situação profissional dos diplomados pela EP da Mealhada, segundo o curso concluído
1994-2001**

Cursos	Nº Nº Diplomados	Nº Empregados	% Empregados	Nº Ens. Superior	Nº Desempregados	Nº Outros
Técnico Desenhador Project.	99	71	72%	25	2	1
Técnico Contabilidade	97	73	75%	20	0	4
Técnico Informática/Gestão	118	92	78%	21	1	4
Técnico Turismo/Inf. Turist.	21	18	85%	1	0	2
Técnico Automação	13	12	92%	1	0	0
Técnico Inst. Eléctricas	15	15	100%	0	0	0

Fonte: Escola Profissional da Mealhada, 2002. *in* Revista "Reflexos"

Exemplos de sucesso

Na revista 'Reflexos', edição de Maio de 2002, dedicada ao 10º aniversário da Escola Profissional, constam pequenos depoimentos de ex-alunos que testemunham o grau de satisfação face às expectativas criadas relativamente ao curso concluído e acesso ao mercado de trabalho.

Alda Miranda. Curso de Técnico de Contabilidade. Trabalha na Cruzicarne, Lda.
"Fiz o meu estágio na firma Cruzicarne e arranjei (lá) logo emprego. Valeu a pena investir no ensino profissional".

Ivo Fernandes. Fez o curso de Técnico de Instalações Eléctricas. Trabalha no Cine-Teatro Messias, Mealhada. *"Foi na escola que aprendi o essencial, no plano teórico-prático, daquilo que, hoje, aplico no cine-teatro, como técnico de manutenção e cinematógrafo".*

Julieta Simões. Curso de Técnico de Turismo/Profissionais de Informação Turística. Funcionária do Hotel das Termas da Curia (Anadia). *"O curso de Turismo foi condição essencial para estar, hoje, nas Termas da Curia, a desempenhar um papel de grande responsabilidade".*

Pedro Ferreira. Técnico de Contabilidade. É medidor/orçamentista na empresa de mármore Costa & Irmão, Mealhada. *"A minha passagem pela Escola foi determinante na minha carreira profissional. Para além da questão da formação, destaco as excelentes relações humanas ali existentes".*

Tiago Lopes. Fez Automação Industrial. É técnico de manutenção das piscinas municipais da Mealhada. *"A Escola foi significativamente importante na minha inserção na vida activa, porque foi na sequência da Prova de Aptidão Profissional que fiz na Escola sobre a automatização de vários sistemas de uma piscina, que consegui emprego".*

Vassili Coelho. Completou Automação Industrial.
"A Escola Profissional marcou o meu percurso como estudante e como homem. Foi um trampolim para o meu emprego".

Victor Claro. Técnico de Contabilidade. Trabalha por conta própria no ramo imobiliário, em Cantanhede. *"Tenho uma sociedade de mediação imobiliária e preparo-me para construir um hotel. A formação adquirida na EP da Mealhada ajudou-me muito a chegar a este ponto".*

CAPÍTULO 4

Perfil da população que frequenta os *Cursos EFA* ¹

No início do ano de 2001, 2 460 pessoas adultas frequentavam 197 *Cursos EFA*, homologados pela ANEFA², numa base de 10/15 formandos por Curso.

a distribuição por género e por grupo etário

A distribuição por género das pessoas adultas que frequentam os *Cursos EFA* revela uma população de formandos predominantemente feminina. Com efeito, as Mulheres representam neste universo mais de cinco vezes o número de formandos do sexo masculino (Quadro 1).

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ADULTOS QUE FREQUENTAM CURSOS EFA, SEGUNDO O GÉNERO

H		M		HM	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
405	16,5	2 055	83,5	2 460	100,0

Fonte: ANEFA, 2002

Por sua vez, a distribuição etária destes adultos aponta para uma representação maioritária (63,2 %) dos formandos na faixa etária dos 25-44 anos. Curiosamente, as faixas etárias dos “até 24 anos” e dos “45-64 anos”, com um peso ainda significativo, apresentam uma distribuição muito equilibrada (Quadro 2).

Quadro 2 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ADULTOS QUE FREQUENTAM CURSOS EFA, SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO

Até 24 anos	25-44 anos	45-64 anos	65 e mais anos	Total
18,8	63,2	17,9	0,1	100,0

Fonte: ANEFA, 2002

o nível de formação frequentado

Uma análise atenta do Quadro 3, de acordo com a *Nota de Leitura* dos níveis de formação e sua equivalência aos anos de escolaridade e níveis de qualificação profissional, ‘ilumina’ dois grandes grupos de formandos: os que procuram uma certificação de *Nível B2*, equivalente ao 6º ano de escolaridade e nível I de qualificação profissional (46,3%) e os que procuram uma certificação de *Nível B3*, equivalente ao 9º ano de escolaridade e nível II de qualificação profissional (49,3%).

Estes dois grupos representam a quase totalidade dos adultos (95,6%) que frequentam os *Cursos EFA*.

¹ ARAÚJO, S. e FERNANDES, C. (2002). *Perfil da população adulta envolvida em acções de educação, formação e certificação da iniciativa ou monitorizadas pela ANEFA*. In ANEFA, Cadernos *S@BER+*, Suplemento da REVISTA *S@BER+*, Nº 13, Abril/Junho 2002.

² Instituto público criado em 1999, sob a dupla tutela dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, com o objectivo de contribuir para a elevação dos níveis educativos e de qualificação da população adulta, através designadamente do reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas no decurso de experiências de vida variadas e, ainda, da flexibilização das ofertas de educação e formação de adultos facilitadoras do seu acesso à progressão educativa, tecnológica, cultural e profissional (Decreto-Lei nº 387/99, de 28 de Setembro). A partir de Outubro de 2002, por força do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, é criada, no âmbito do Ministério da Educação, a ‘Direcção-Geral de Formação Vocacional’ que, sucedendo à ANEFA, vem a absorver todas as funções e competências que lhe estavam cometidas.

Quadro 3 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ADULTOS QUE FREQUENTAM CURSOS EFA,
POR NÍVEL DE FORMAÇÃO FREQUENTADO
2001, %

Nível B1	Nível B1 + B2	Nível B2	Nível B2 + B3	Nível B3	Total
4,4	13,3	33,0	0,5	48,8	100,0

Fonte: ANEFA, 2002

Nota de Leitura dos Níveis de Formação:

- B1 – equivalente ao 4º ano de escolaridade e nível I de qualificação profissional
- B1 + B2 - equivalente ao 6º ano de escolaridade e nível I de qualificação profissional
- B2 - equivalente ao 6º ano de escolaridade e nível I de qualificação profissional
- B2 + B3 - equivalente ao 9º ano de escolaridade e nível II de qualificação profissional
- B3 - equivalente ao 9º ano de escolaridade e nível II de qualificação profissional

Refira-se a propósito da análise do Quadro 3, que a organização flexível e modular de diferentes percursos formativos vem responder às necessidades de um universo alargado da população activa que procura a elevação dos seus níveis de escolarização e qualificação.

a situação face ao emprego

Quadro 4 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ADULTOS QUE FREQUENTAM CURSOS EFA,
POR EIXO DE FINANCIAMENTO (SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO) E GÉNERO
2001, %

Género	Eixo 1	Eixo 2	Medidas desconcentradas	Eixo 5	Total
	Procura 1º emprego	Empregados	Desempregados/ Risco de desemprego	Em risco de exclusão social	
H	1,5	2,3	2,8	9,9	16,5
M	3,8	5,4	23,7	50,6	83,5
Total	5,3	7,7	26,5	60,5	100,0

Fonte: ANEFA, 2002

A leitura do Quadro acima evidencia o peso dos formandos “em risco de exclusão social” (60,5%) no conjunto das situações face ao emprego consideradas. Também os formandos “desempregados/em risco de desemprego” representam uma proporção significativa neste universo (26,5%). No seu conjunto, representam a quase totalidade (87%) dos formandos dos *Cursos EFA*.

Uma leitura cruzada com o ‘género’ – confirmando a sobre-representação da população feminina no universo dos formandos (CF. Quadro 1, área em cinzento) – revela que é nas situações mais desfavorecidas face ao emprego que a preponderância das mulheres se situa. Com efeito, o conjunto de formandas “desempregadas/em risco de desemprego” e “em risco de exclusão social” representa 74% da população que frequenta estes Cursos.

A leitura dos dados apresentados neste Quadro deverá ter em conta que a maioria das ofertas de formação em 2001 corresponde à iniciativa de entidades privadas que privilegiam a sua intervenção junto das populações mais carenciadas, sendo o Eixo 5 (desenvolvimento social) aquele que melhores condições de cofinanciamento apresenta.

Em síntese,

a população adulta que, em 2001, frequentou *Cursos EFA*:

- é predominantemente feminina (83,5%);
- encontra-se maioritariamente representada na faixa dos 25-44 anos (63,2%);
- a quase totalidade procura certificações equivalentes ao 9º ano de escolaridade e nível II de qualificação profissional e 6º ano e nível I de qualificação profissional (95,6%);
- 60,5% encontra-se em ‘risco de exclusão social’.

Organização curricular dos *Cursos EFA*

O *modelo de formação* proposto para os Cursos EFA assenta: (i) numa perspectiva de educação e formação ao longo da vida; (ii) num modelo de formação de temporalidade média organizado em unidades de competências (Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos), através do qual se reconhecem e validam as competências previamente adquiridas pelos adultos, ao longo da vida; (iii) na articulação da formação de base (FB) e da formação profissionalizante (FP).

O *Plano Curricular* de cada Curso EFA, da responsabilidade da equipa pedagógica do respectivo curso, é construído em torno de duas componentes articuladas: a formação de base e a formação profissionalizante.

A *formação de base* processa-se nas seguintes áreas de competências-chave:

- *Cidadania e Empregabilidade* (CE);
- *Linguagem e Comunicação* (LC)
- *Matemática para a Vida* (MV);
- *Tecnologias da Informação e Comunicação* (TIC).

O suporte e a base de coerência das diferentes áreas de competências-chave são temáticas transversais designadas por *Temas de Vida* (TV), que permitem constituir-se como projecto de trabalho enquadrado por metodologias activas de aprendizagem e de formação.



A *formação profissionalizante* é seleccionada de entre os Referenciais de Formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) numa das seguintes áreas:

- Administração e Gestão;
- Agricultura e Pesca;
- Agro-indústrias;
- Artes e Tecnologias Artísticas;
- Ciências Humanas, Exactas e da Vida;
- Comércio;
- Construção Civil e Obras Públicas;
- Electricidade, Electrónica e Telecomunicações;
- Energia, Frio e Climatização;
- Hotelaria/Restauração e Turismo;
- Indústrias Gráficas e do Papel;
- Informação, Comunicação e Documentação;
- Informática;
- Madeiras, Cortiça e Mobiliário;
- Mecânica e Manutenção;
- Metalurgia e Metalomecânica;
- Qualidade;
- Serviços Pessoais e à Comunidade;
- Têxtil e Vestuário.

A proposta de desenho curricular dos Cursos EFA é a que consta do quadro seguinte:

Percurso de formação	Reconhecimento e validação de competências	Formação de base (a)		Formação profissionalizante (b)	Total de horas
		Aprender com autonomia	Áreas de competências - chave		
Básico 1	Entre 25 H e 40 H	40 H	Entre 100H e 400H	Entre 220H e 360H	Entre 385H e 840H
Básico 2	Entre 25 H e 40 H	40 H	Entre 100H e 400H	Entre 220H e 360H	Entre 385H e 840H
Básico 1+2	Entre 25 H e 40 H	40 H	Entre 100H e 800H (c)	Entre 220H e 360H	Entre 385H e 1240H
Básico 3	Entre 25 H e 40 H	40 H	Entre 100H e 800H (c)	Entre 940H e 1200H (d)	Entre 1105H e 2080H
Básico 2+3	Entre 25 H e 40 H	40 H	Entre 100H e 1200H (c)	Entre 940H e 1200H (d)	Entre 1105H e 2480H

↑ ↑ ↑ ↑
TEMAS DE VIDA

Área transversal no currículo cujos temas, seleccionados na interacção entre o mundo local e o global, informam e organizam a abordagem das diferentes áreas de competências-chave

- a) Independentemente do resultado do reconhecimento e validação de competências, e dado que o adulto entrou em processo de educação-formação, este terá sempre de efectuar um mínimo de 100 horas de formação de base.
- b) É desejável que a formação profissionalizante inclua formação em contexto real de trabalho.
- c) Sugere-se a inclusão da aprendizagem de uma língua estrangeira.
- d) Inclui obrigatoriamente 120 horas de formação em contexto real de trabalho.

A arquitectura da formação de cada curso deve ser concebida em função dos conhecimentos já adquiridos pelos formandos, da sua experiência pessoal e profissional e dos diferentes contextos socioeconómicos e culturais em que estão inseridos.

Para tal a "localização" do formando é efectuada a partir do Referencial de Competências-Chave que conduz a um processo de Reconhecimento e Validação de Competências, que se consubstancia em actividades práticas realizadas individualmente e em grupo com os formandos, coordenadas por mediadores pessoais e sociais.

Utilizando a metodologia de Balanço de Competências-Chave – para a qual existe um Manual de Apoio à Intervenção no âmbito do Reconhecimento e Validação de Competências – os resultados são registados numa *Carteira Pessoal de Competências*.

A validação dessas competências é da responsabilidade de um *júri* constituído pelo mediador e pelos formadores das quatro áreas de competências-chave acima referidas (LC, CE, MV, TIC).

No final d.o curso procede-se à certificação. O *Certificado de Educação e Formação de Adultos* corresponde a um determinado nível, concretamente:

- Básico 3 (B3) - equivalente ao 3º Ciclo do Ensino Básico e ao Nível II de qualificação profissional;
- Básico 2 (B2) - equivalente ao 2º Ciclo do Ensino Básico e ao Nível I de qualificação profissional;
- Básico 1 (B1) - equivalente ao 1º Ciclo do Ensino Básico e ao Nível I de qualificação profissional.

A duração do processo de *Reconhecimento e Validação de Competências* varia entre 25h e 40h.

As áreas de competências-chave integram a componente de formação de base tendo uma duração que pode variar entre 100h e 800h, de acordo com os níveis de desenvolvimento B 1, B2, B3.

A componente de formação de base, integra também um módulo de 40h denominado *Aprender com Autonomia* (AA) o qual se organiza em três unidades de competência: integração, relacionamento interpessoal e aprender a aprender. Este módulo deverá desenvolver-se ao longo de toda a formação.

O desenho modular da formação é o seguinte:

Áreas de competências-chave	Níveis	B1	B2	B3	T E M A S D E V I D A							
	Cidadania e Empregabilidade (CE)	25 H A	25 H B	25 H C		25 H D	25 H A	25 H B	25 H C	25 H D	50 H A	50 H B
Linguagem e Comunicação (LC)	25 H A	25 H B	25 H C	25 H D	25 H A	25 H B	25 H C	25 H D	50 H A	50 H B	50 H C	50 H D
Matemática para a Vida (MV)	25 H A	25 H B	25 H C	25 H D	25 H A	25 H B	25 H C	25 H D	50 H A	50 H B	50 H C	50 H D
Tecnologias da Inf. e Comunicação (TIC)	25 H A	25 H B	25 H C	25 H D	25 H A	25 H B	25 H C	25 H D	50 H A	50 H B	50 H C	50 H D
Unidades Capitalizáveis (deve incluir formação em contexto real de trabalho)	Unidades Capitalizáveis (deve incluir formação em contexto real de trabalho)		Unidades Capitalizáveis + Formação em Contexto Real de Trabalho									

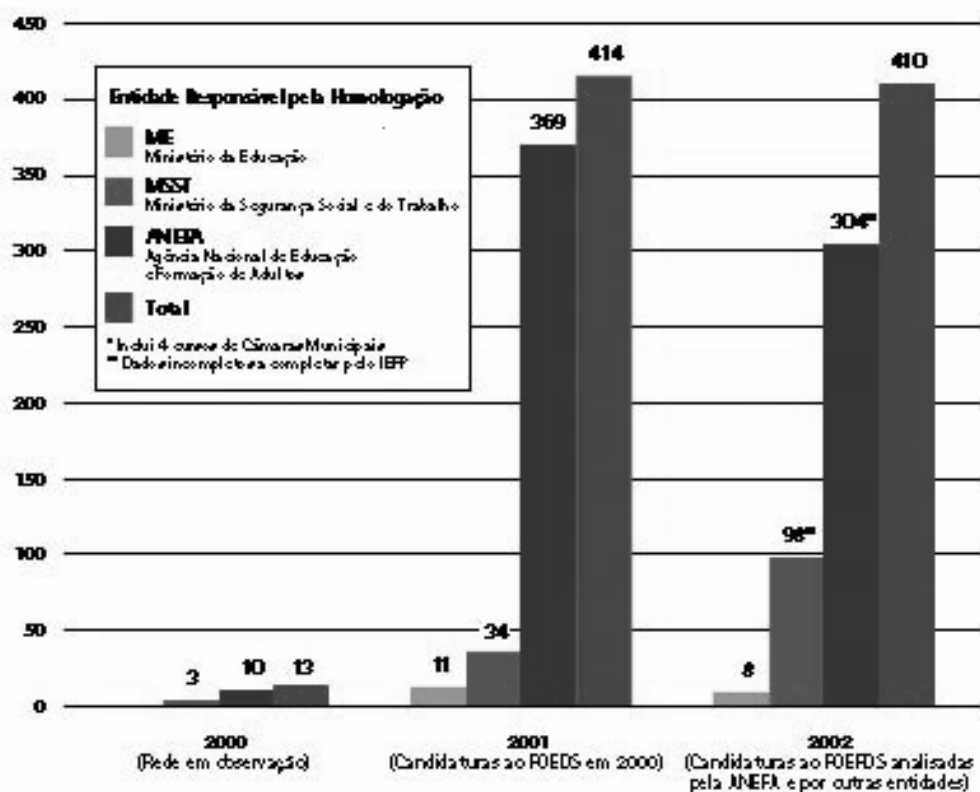
Em síntese, no que respeita à *avaliação* dos formandos existem três momentos significativos: (i) reconhecimento e validação de competências prévias; (ii) avaliação formativa para progressão na aprendizagem e eventual redefinição de estratégias de recuperação ou de aprofundamento; (iii) avaliação sumativa.

Em princípio deverá proceder-se à definição de planos individuais de trabalho para os formandos que, num mesmo nível de desenvolvimento, poderão ter diferentes enquadramentos.

Todas as entidades promotoras dos cursos deverão contratualizar com um *avaliador externo* o acompanhamento dos mesmos, os quais têm uma função de supervisão e regulação na organização e no desenvolvimento das actividades.

Evolução da Rede Nacional de *Cursos EFA*

No ano 2000, iniciaram-se, em regime de "observação", 13 Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA). No final de 2002, ano da consolidação e alargamento estratégico da Rede, entre os Cursos EFA que já se tinham realizado e os que ainda decorriam, totalizavam mais de 800 em todo o país.



Número de *Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA)* realizados e número de adultos abrangidos

2000, 2001, 2002

Ano	Nº Cursos	Adultos abrangidos
2000	13	181
2001	414	4 140 / 6 210 *
2002	410	4 100 / 6 150 *

Fonte: Direcção-Geral de Formação Vocacional/Ministério da Educação, 2002